ADUNESP *in*FORMA

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp - Seção Sindical do Andes - Nº 63 - Novembro/2014

Adunesp tem nova Assessoria Jurídica - *Pág. 15*

Nossa mais longa greve e as lutas que virão!

Esta edição do ***Adunesp InForma*** registra os principais fatos que marcaram nossa mais longa greve, além de ampliar o debate sobre os temas que estavam e ainda estão na ordem do dia:

Luta por mais verbas agora é na LOA-2015
Págs. 8 e 9

Não à planilha! Fim do assédio moral pela CPA
Págs. 10 a 13

Reestruturação das licenciaturas deve ser feita com qualidade
Págs. 14 e 15

Que o CO revogue a punição aos 95 estudantes
Pág. 16

Avenida Paulista, 3 de setembro de 2014

A nossa mais longa greve e as lutas que continuam na ordem do dia

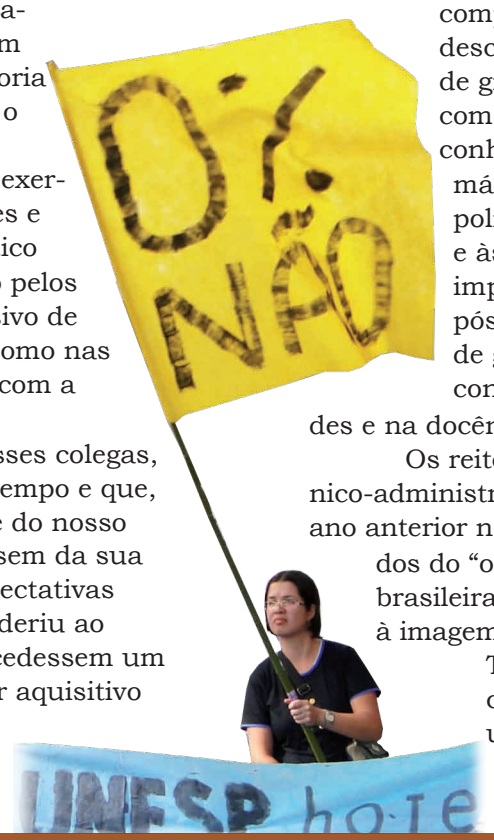
Durante esta greve de mais de cem dias, a comunidade expressou de várias maneiras a sua adesão ao movimento e a sua concordância com os indicativos das plenárias estaduais da Adunesp que aconteceram neste período. Isto significa que há um reconhecimento generalizado de que o nosso Sindicato desempenhou com fidedignidade o papel de interlocutor da categoria docente em todos os fóruns que compuseram o teatro desses últimos acontecimentos.

Para além da diretoria da Adunesp, o exercício da representação dos interesses docentes e a defesa do enorme patrimônio cultural, político e científico da Unesp foi bravamente exercido pelos Comandos de Greve, por um número expressivo de colegas docentes, tanto nas suas unidades, como nas mobilizações e nos momentos de negociação com a reitoria da Unesp e com o Cruesp.

Graças à atuação firme e corajosa desses colegas, que mantiveram a greve durante esse longo tempo e que, por diversos modos, participaram ativamente do nosso movimento, fizemos com que os reitores saíssem da sua posição de intransigência. Mesmo contra expectativas negativas de parte da comunidade que não aderiu ao movimento, fizemos com que os reitores concedessem um reajuste e um abono que repõem nosso poder aquisitivo diante das perdas inflacionárias de maio/2013 a maio/2014; conseguimos uma perspectiva de avançar na construção da isonomia com a USP e a Unicamp – com um reajuste imediato de R$ 100,00 no vale alimentação, que chegará a R$ 850,00 em janeiro de 2015, valor atualmente pago pela Unicamp. Além disso, obtivemos da Reitoria da Unesp o compromisso da realização de estudos na Comissão de Orçamento, com vistas ao estabelecimento de um vale refeição a médio prazo.

Sabíamos, desde o início, que tudo poderia ter sido resolvido em maio/2014, e que a negativa dos reitores estava atrelada à prática reiterada de financiar, com o nosso salário, não só a expansão irresponsável de vagas que ocorreu nos últimos anos, mas também os déficits decorrentes da sua incompetência administrativa.

Conseguimos nesse processo explicitar que a "crise" financeira das Universidades Públicas Paulistas é, em grande parte, decorrência de dois fatores que se complementam. Um deles é um gerenciamento descompromissado com a qualidade dos cursos de graduação, com as atividades de extensão e com a natureza e a importância da produção de conhecimento. O outro é um engajamento automático, subserviente e acrítico aos interesses políticos do governador do estado de São Paulo e às diretrizes das agências de fomento, que impõem regras questionáveis aos programas de pós-graduação e induzem à adoção de políticas de grande impacto na qualidade e no caráter do conhecimento produzido nas nossas universidades e na docência propriamente dita.



Os reitores confiscaram salários de servidores técnico-administrativos (corte de ponto) este ano na USP e no ano anterior na Unesp, lançando mão de dispositivos oriundos do "ordenamento" jurídico da ditadura civil-militar brasileira, ainda incrustrados no Estatuto da Unesp à imagem e semelhança do famigerado decreto 477.

Também instauraram processos de sindicância contra um grande número de estudantes, utilizando um vasto cardápio de ações, algumas delas flagrantemente ilegais, com o claro objetivo de intimidar a comunidade universitária que se mobilizava em defesa das Universidades Públicas Paulistas.

Durante a greve, muitas questões foram levantadas acerca da rápida deterioração das nossas condições de trabalho, o que decorre do projeto de Universidade que está sendo implementado pela Reitoria da Unesp. Os docentes da Unesp estão sendo submetidos a um instrumento de avaliação inadequado, que tem exercido enorme influência em seu cotidiano de trabalho e cujos efeitos visíveis têm sido um flagrante aumento do sofrimento emocional, decorrente da pressão exercida pela avaliação e, em alguns casos, o rebaixamento do regime de trabalho com a consequente diminuição do salário.

Cresceu entre nós a consciência de que a nossa Universidade não é assim tão democrática quanto o discurso reitoral faz parecer, uma vez

Os números da greve

115 dias de duração
De 27/5 a 19/9, a maior da história das estaduais paulistas.

Os docentes da Unesp pararam
15 *campi*
na maior parte do tempo em que durou a luta. Houve greve em Bauru, Marília, Rio Claro, Araraquara, Presidente Prudente, Assis, Franca, Instituto de Artes/São Paulo, Ilha Solteira, Guaratinguetá, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Botucatu, Rosana e Ourinhos
Entre os servidores técnico-administrativos, foram 19 *campi*.

18 plenárias estaduais
já foram realizadas este ano, desde janeiro até agora – antes, durante e depois da greve.

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp S. Sindical)
Praça da Sé, 108, 2º andar, São Paulo. Fone (11) 3242-0125.
Home page: www.adunesp.org.br
E-mail: adunesp@adunesp.org.br
Jorn. resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458) bah0609@bol.com.br

que, mesmo tendo sido feitas manifestações contundentes pela abertura de negociações – vindas de muitas Congregações e Conselhos de Curso e explicitadas em reuniões do Conselho Universitário por diretores de unidade e representantes dos servidores docentes e técnico-administrativos – a presidente do Cruesp e reitora em exercício da Unesp só foi demovida da sua intransigência para com as nossas reivindicações depois de mais de cem dias de greve. Ficou fartamente demonstrado pelos fatos que havia, já em maio de 2014, recursos para um reajuste aceitável, e ele só nos foi concedido em outubro/2014, depois da mais longa greve da história da Unesp – sem ela teríamos zero!

A greve constituiu uma etapa dura e desgastante da nossa luta em defesa da Unesp. Uma batalha que vencemos pela coerência das nossas reivindicações e pela massiva participação da comunidade universitária, que fez com que a reitoria não tivesse outra alternativa que não ceder à óbvia justeza e à demonstração cabal, por fim fartamente comprovada pelos fatos, da exequibilidade da concessão do reajuste. Ao contrário do que apostavam os reitores, a greve superou julho e as férias, deixou para trás a Copa do Mundo e seguiu firme até o fim.

Do ponto de vista político, um dos grandes saldos desta greve foi o fortalecimento da luta conjunta das universidades. Isso ficou bastante evidente ao final do movimento, quando servidores técnico-administrativos e docentes da Unesp atenderam ao chamado do Fórum das Seis e dos sindicatos, para que a greve tivesse um desenlace organizado e conjunto entre as categorias. Assim como ocorreu na USP, na maior parte dos *campi* da Unesp a greve encerrou-se no dia 19/9, com a volta às atividades em 22/9. Assim, entramos e saímos todos juntos, o que nos fortalece para as lutas futuras.

Precisamos agora tratar do aprimoramento das instâncias decisórias da Unesp, construindo caminhos para que elas se tornem mais democráticas, mais transparentes, mais independentes e mais sensíveis às aspirações da comunidade universitária. Não podemos também permitir que a CPA, por exemplo, funcione nos moldes de um tribunal da Santa Inquisição, com prerrogativas de vida e morte sobre nossas carreiras, nem que decisões do Conselho Universitário deixem de ser cumpridas pelos reitores, seja explicitamente, seja pela utilização de subterfúgios protelatórios.

São esses os desafios imediatos que se apresentam e que haveremos de enfrentar e superar com a manutenção da nossa união e coerência, consolidando os espaços coletivos que criamos ou reconstituímos. Parabéns a todos os que estiveram nessa empreitada, nas subseções da Adunesp, nos *campi*, nas passeatas, nas plenárias da Adunesp, nas assembleias. Foram esses docentes que fizeram a luta, construíram e defenderam a dignidade do nosso trabalho e da universidade.

Esta edição do ***Adunesp InForma*** cumpre o papel de resgatar os principais fatos que marcaram nossa mais longa greve (*págs. 4 e 7*), além de ampliar o debate sobre os temas que estavam e7 ainda estão na ordem do dia: a luta por mais verbas (*págs. 8 e 9*), o projeto do deputado Pedro Tobias contra a autonomia universitária (*pág. 9*), a avaliação docente (*págs. 10 a 13*), a punição aos 95 estudantes (*pág. 16*), a reestruturação das licenciaturas (*págs. 14 e 15*).

Boa leitura! Boa reflexão! Bom engajamento!

Passeata em 14/8/2014: Rumo ao Palácio

A greve forçou os reitores a negociar

Conquistas econômicas e os GT Fórum/Cruesp são frutos da mobilização

Após quase 100 dias de greve, na negociação de 3/9/2014, finalmente os reitores saíram do zero. Diante da força do movimento, tiveram que conceder o reajuste salarial. "Eles poderiam ter concedido o reajuste em maio, mas foram intransigentes e optaram por impor um enorme ônus para o sistema público de ensino superior paulista", opina o presidente da Adunesp, João da Costa Chaves Júnior. Em sua manifestação no Conselho Universitário de 30/10, ele abordou esse assunto, lembrando que o Fórum das Seis havia protocolado a Pauta Unificada no dia 28/3, ocasião em que propôs ao Cruesp um calendário de reuniões já em abril, o que acabou não ocorrendo. "Na realidade, os reitores apostaram que não haveria reação da comunidade, mas estavam muito enganados."

As conquistas econômicas da greve ficaram assim estabelecidas:

- 5,2% de reajuste, dividido em duas parcelas de 2,57%: sobre os salários de setembro (paga em outubro) e 2,57% sobre os salários de dezembro (a ser paga em janeiro), com o reajuste total incidindo sobre o 13º salário.

Na Unesp, as negociações específicas que se seguiram estabeleceram:

- Abono de 28,6%, para compensar a retroatividade do índice a maio/2014 (estendido às três universidades);
- Cronograma para o processo de isonomia do vale alimentação com a Unicamp (R$ 100,00 em outubro e R$ 150,00 em janeiro, totalizando R$ 850,00);
- Possibilidade de conceder o vale refeição (R$ 29,99 ao dia, como na USP), dependendo de estudos a serem efetuados pela Comissão de Orçamento.
- Para os servidores, pagamento da referência de 5%, acordada na greve de 2013, em duas parcelas.

Os reitores da Unicamp, Unesp e USP, durante a negociação de 3/9/2014

Grupos de Trabalho

Nas negociações entre Fórum das Seis e Cruesp, ficou acertado que o debate e a negociação da próxima data-base terão início em abril de 2015. Além disso, serão constituídos dois Grupos de Trabalho (GT) para a construção de documento conjunto com definição de conceitos, diretrizes e princípios em dois relevantes temas: "Isonomia entre as três Universidades" e "Assistência e permanência estudantil", conforme Comunicado Cruesp 03/2014. Os grupos serão compostos por representantes indicados por ambas as partes.

Um grande saldo organizativo

18 plenárias estaduais desde janeiro, sete atos públicos durante a greve

As conquistas de uma greve não se medem apenas por reajustes e benefícios alcançados, embora eles sejam, geralmente, a mola propulsora dos movimentos. O avanço organizativo na base da categoria e o fortalecimento do Sindicato enquanto seu maior representante também são resultados que espelham a força de uma greve. No movimento deste ano, o saldo é nítido. A greve de 2014 foi uma das mais longas e aguerridas da história da categoria. Na maior parte dos *campi*, o movimento teve início em 27/5, encerrando-se em 19/9.

Neste período, foram dezenas de assembleias, reuniões e atividades locais, sete manifestações públicos unificadas em SP (como mostra a '**Agenda da greve**', a seguir). Desde janeiro, quando começavam os preparativos para a data-base 2014, até 10/11, a Adunesp realizou 18 plenárias estaduais, parte delas em São Paulo (no IA ou na sede da entidade) e as demais itinerantes, em Araraquara, Jaboticabal, São José do Rio Preto, Franca, Botucatu, Bauru e Rio Claro. Durante a greve, foram produzidos cerca de 50 boletins ***Adunesp viaNET***, dezenas de comunicados e matérias no *site* da entidade.

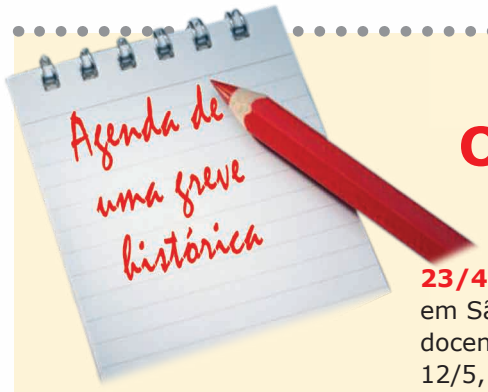
Encontro dos três segmentos

Na reta final da greve, as plenárias da Adunesp avaliaram a importância de preparar um encontro estadual dos três segmentos da Unesp, tão logo possível, para debater os grandes temas da Universidade. Fique atento!

GTs da Adunesp

Nas plenárias realizadas durante e depois da greve, foi aprovada a formação de grupos de trabalho da Adunesp. O objetivo é organizar as discussões e a produção de materiais sobre os temas centrais para a categoria neste momento. Se você tiver interesse em participar de algum deles, contate o coordenador provisório, que agendará reuniões e organizar o trabalho do GT.

- **GT Verbas, finanças e orçamento:** Totti/Marília, Albério/Franca, Milton/Bauru, Mário/Rio Claro, Cássio/Franca. Coordenador provisório: Totti (totti101@bol.com.br)
- **Carreira e avaliação docente:** Anaruma/Rio Claro, Flávia/Rio Preto, Xaides/Bauru, Delamaro/Guará. Coordenador provisório: Anaruma (anaruma@rc.unesp.br)
- **Políticas educacionais, políticas públicas:** Ari/Bauru, Sueli e Valéria/Marília. Coordenador provisório: Ari (arimaia@fc.unesp.br)
- **Política e formação sindical, Saúde do trabalhador:** Fábio/Marília, Tato/Prudente, Oswaldo/Bauru, Ângelo/Bauru. Coordenador provisório: Fábio (fabiokazuoocada@hotmail.com)
- **Comunicação**: Bahiji/AD Central, Angélica/Marília, Paula/Prudente. Coordenadora provisória: Bahiji (bah0609@bol.com.br)



Os principais momentos dos 115 dias de luta

23/4: Em plenária estadual realizada em São Paulo, a Adunesp indica aos docentes que cruzem os braços no dia 12/5, na primeira negociação com os reitores.

12/5: Acontece a primeira negociação entre Fórum das Seis e Cruesp, e os reitores anunciam que o reajuste será zero%. Docentes e servidores da Unesp param em vários *campi* neste dia, dando início à mobilização.

21/5: No dia da segunda negociação, servidores e docentes param novamente as três universidades. O zero se mantém.

27/5: Após indicativo do Fórum das Seis, começa a greve. Também neste dia, na Assembleia Legislativa, acontece uma audiência pública para discutir o financiamento das universidades. Convidados, os reitores não vão. Mas os servidores técnico-administrativos, docentes e estudantes comparecem, na primeira manifestação unificada da greve.

2/6: A Adunesp realiza plenária estadual ampliada no campus de Araraquara.

3/6: Cerca de 1.500 pessoas participam de ato público em frente à reitoria da Unesp, sob o calor das entrevistas do reitor da USP à imprensa, dizendo que as universidades não precisavam de mais recursos (rebatendo o Fórum das Seis) e que pretendia "flexibilizar" o RDIDP naquela universidade.

9/6: A Adunesp realiza plenária estadual ampliada no campus de São José do Rio Preto.

10/6: O Fórum das Seis promove novo ato unificado, desta vez em frente à Reitoria da USP, que conta com caravanas de quase todas as unidades da Unesp.

12/6: Para surpresa geral, os reitores cancelam a reunião agendada para o dia seguinte entre Cruesp e Fórum das Seis.

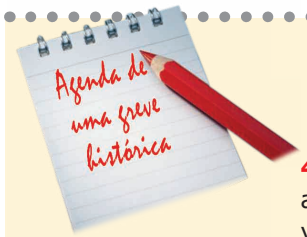
18/6: O Fórum das Seis realiza aula pública na Praça da Sé, em São Paulo, com o tema "Direito à Educação e à Saúde".

24/6: A Adunesp realiza plenária estadual ampliada em Jaboticabal.

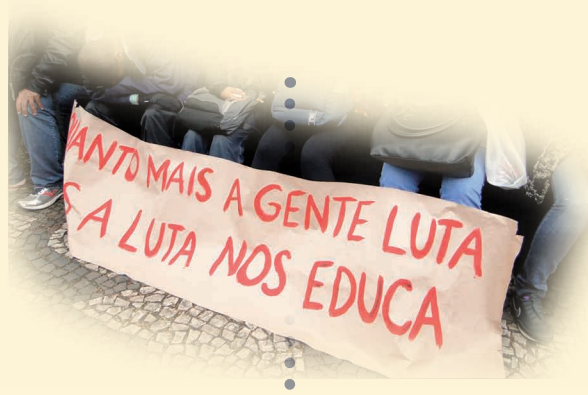
24/6: A convite da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP), o Fórum das Seis vai à Alesp para defender mais recursos para as Universidades na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2015), em discussão naquele momento.

1º/7: O Fórum das Seis realiza novo ato, em frente à Reitoria da Unesp, e pressiona pela abertura de negociações. No mesmo dia, manifestantes vão à Alesp pedir mais verbas às universidades.

3/7: O Cruesp faz nova reunião com o Fórum, mantendo o zero% de reajuste salarial. Reitores insistem que as "pautas específicas" devem ser discutidas em cada universidade.



4/7: O plenário da Alesp aprova o projeto do governo para a LDO-2015, sem incorporar as emendas apresentadas pelo Fórum das Seis.



7, 15 e 21/7: A Adunesp realiza plenárias estaduais ampliadas, respectivamente nos *campi* de Franca, Botucatu e IA/São Paulo.

31/7: O Conselho Universitário (CO) da Unesp realiza uma reunião extraordinária. O agendamento é produto direto da pressão da greve. Diante do processo de autoconvocação iniciado por Adunesp e Sintunesp, com a coleta de assinaturas em todos os *campi*, a reitoria apressou-se em marcar a reunião, com o tema "Situação política, orçamentária e administrativa da Universidade". Nos *campi*, atividades variadas são realizadas para acompanhar a reunião do CO, inclusive um "trancaço".

31/7: A Reitoria da Unicamp oferece abono de 21% aos professores, aplicado sobre o salário de julho. Em assembleia, os docentes decidem encerrar a greve, mas ela se mantém entre os funcionários técnico-administrativos da Unicamp, e continua firme na Unesp e na USP.

4/8: A Adunesp realiza plenária estadual ampliada no IA/São Paulo.

4/8: Confirma-se o desconto dos dias parados de cerca de mil servidores técnico-administrativos da USP. Em resposta, funcionários e estudantes trancam os três portões da USP nos dias seguintes.

8/8: A Adunesp realiza plenária estadual ampliada, na sede da entidade, em São Paulo.

13/8: O Fórum das Seis comparece à audiência realizada pela CFOP da Alesp, para discutir o problema da falta de recursos nas universidades, e apresenta novamente suas propostas aos deputados (*leia mais na págs. 8 e 9*).

14/8: Dia cheio para os grevistas. Após ato unificado na USP, cerca de dois mil manifestantes saem em passeata até o Palácio dos Bandeirantes. O Fórum das Seis apresenta a representantes da Casa Civil as propostas discutidas na véspera na Alesp. No mesmo dia, vaza na Folha de S. Paulo documento da Reitoria da USP sobre um "plano de recuperação" da Universidade (*veja matéria na pág. 7*)

19/8: A Reitoria da USP protocola no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) ação declaratória de abusividade do direito de greve, contra o Sintusp.

20/8: O TRT-2 indefere o pedido da USP.

20 e 25/8: A Adunesp realiza plenárias estaduais ampliadas, na sede da entidade, em São Paulo.

26/8: Em reunião tumultuada, o Conselho Universitário da USP aprova a desvinculação do HRAC de Bauru (Centrinho).

28/8: Em reunião ordinária do CO da Unesp, a Adunesp apresenta proposta de que a reitora em exercício e presidente do Cruesp assuma a defesa das propostas do Fórum das Seis, de mais verbas para as universidades, junto aos outros dois reitores. A indicação da Adunesp é aprovada por unanimidade entre os conselheiros.

1º/9: O TRT-2 considera o corte de ponto na USP ilegal, determina o pagamento dos salários descontados em 48h e proíbe confisco do salário de agosto. O tiro da reitoria da USP sai pela culatra.

3/9: Depois de dois meses sem negociar, o Cruesp reúne-se com o Fórum das Seis e anuncia o reajuste de 5,2%. A reunião é acompanhada por manifestação de servidores, professores e estudantes, diante de um forte aparato policial na frente da sede do Cruesp.

5/9: A Adunesp realiza plenária estadual ampliada, no IA/São Paulo.

9/9: O Fórum das Seis reúne-se novamente com o Cruesp e reivindica o abono de 28,6%, com base no proposto pelo TRT-2, para compensar as perdas inflacionárias de maio a agosto. Os reitores remetem a questão para negociações em cada uma das universidades.

10/9: O reitor da Unicamp comparece a audiência pública na Alesp, sobre a crise financeira das universidades. Ele informa que o Cruesp protocolou documento na Alesp e no governo, reivindicando 9,907% da quota-parte do ICMS (*págs. 8 e 9*). No mesmo dia, a Unicamp anuncia o pagamento do abono de 28,6% para docentes (no caso, o complemento) e aos servidores técnico-administrativos.

10/9: Representantes da Adunesp reúnem-se com a reitora da Unesp e membros da reitoria. Ela concorda em conceder abono de 28,6%, da mesma forma que a Unicamp, e anuncia o reajuste do vale alimentação de R$ 600,00 para R$ 850,00 (dividindo a correção também em duas vezes, como mostra matéria na página 4).

12/9: A Adunesp realiza plenária estadual ampliada, no IA/São Paulo.

15/9: Os servidores técnico-administrativos da Unicamp retornam ao trabalho.

16/9: O Conselho Universitário da USP aprova a concessão do abono para professores e servidores.

17/9: O reitor da USP comparece a audiência pública da Comissão de Educação e Cultura da Alesp, enrola bastante e não responde a quase nenhum dos questionamentos. No mesmo dia, a reitoria da USP assina acordo com o Sintusp no TRT-2, desistindo de exigir a reposição integral das horas paradas.

18/9: Em nova reunião com a reitoria da Unesp, apesar da insistência dos representantes sindicais, é mantido o pagamento do reajuste do vale alimentação em duas parcelas.

19/9: A Adunesp realiza plenária estadual ampliada, em sua sede, em São Paulo, para avaliar o retorno das assembleias de base e dar um desfecho unificado à greve. Na maioria dos *campi* da Unesp, na USP e na Unicamp, o retorno às atividades acontece em 22/9. Termina a maior greve da história das estaduais paulistas!

Zago: A judicialização, o "modelo USP" e a tentativa de sucatear as estaduais paulistas

Desde o início das negociações da data-base 2014, ficou clara a ascendência do reitor da USP, Marco Antonio Zago, sobre os outros dois, desde a tentativa de impor o reajuste zero até as seguidas investidas para esvaziar as negociações, para esvaziar o próprio Cruesp e deslegitimar o Fórum das Seis como negociador das políticas para as universidades, especialmente a salarial. O objetivo era criar um cenário mais favorável para aprovar suas "propostas de solução para a crise": desvinculação dos hospitais universitários (o Centrinho, de Bauru, e o HC, de São Paulo), a aprovação de um plano de demissões voluntárias (para tirar 2.800 funcionários da Universidade), o questionamento do Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa, entre outros.

Ao mesmo tempo em que cortou o ponto de cerca de mil funcionários – para dar o "exemplo" e intimidar os demais – o reitor da USP desrespeitou mais uma vez a autonomia universitária e, pela primeira vez na história das estaduais paulistas, judicializou a greve. Ao denunciá-la junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), o intento de Zago era conseguir que a justiça a declarasse ilegal. Mas o tiro saiu pela culatra. A série de trapalhadas, a arrogância da reitoria da USP e a força da greve levaram o TRT a emitir pareceres e sentenças desfavoráveis ao reitor-patrão, que foi obrigado a devolver os salários cortados e teve que negociar a reposição salarial com o Sindicato dos Trabalhadores da USP, o Sintusp. Esse quadro repercutiu no movimento como um todo e contribuiu para encostar na parede Zago e seus colegas reitores. Os reitores da Unicamp e da Unesp, até então comodamente submissos ao da USP, tiveram que se posicionar.

A força da greve, sustentada pela racionalidade dos argumentos e propostas dos sindicatos – que mostraram de onde vem a "crise" e quais os caminhos para superá-la, como mostra matéria na páginas 8 e 9 –, quebrou a intransigência dos reitores e transformou o zero em reajuste, trazendo robustez aos sindicatos como instrumento de organização e negociação.

O fato de ter conseguido aprovar no Conselho Universitário da USP parte das medidas, como a desvinculação do Centrinho e o plano de demissões voluntárias, não significa que o reitor Zago e sua proposta privatizante tenham vencido. Servidores técnico-administrativos e docentes da USP mantêm a luta para revertê-las e, até o momento, têm conseguido segurar os demais ataques.

A luta por mais verbas agora é na LOA-2015

Propostas históricas do Fórum das Seis foram parcialmente subscritas pelo Cruesp. Mas a comunidade está atenta: ação não pode se resumir a apoio burocrático

Não há dúvidas de que um dos maiores ganhos da greve de 2014 seja o reconhecimento público, por parte do Cruesp, da necessidade de mais verbas para as estaduais paulistas. Depois de anos ignorando as denúncias feitas pelo Fórum das Seis – a expansão sem recursos perenes e as manobras do governo – os reitores finalmente encamparam, sob pressão da greve deste ano, parte das propostas das entidades sindicais. Merece destaque a iniciativa da Adunesp, que levou ao Conselho Universitário (CO) da Unesp, em 28/8, a proposta de que a presidente do Cruesp assumisse a defesa do documento elaborado pelo Fórum e o defendesse junto aos outros reitores. O indicativo teve aprovação unânime dos conselheiros.

As propostas dos reitores foram comunicadas ao governo no ofício Cruesp 24/2014, de 10/9/14. Elas são análogas às do Fórum, com exceção do percentual (Quadro 1). Porém, aqui temos um detalhe importante: o prazo para apresentação de emendas ao projeto de LOA-2015 encerrou-se em 3/11 e não há nenhuma que contemple as propostas do Cruesp!

No Quadro 2, note que o Cruesp defende uma mudança de percentuais entre as três universidades.

Audiência

O Fórum das Seis segue agindo na Alesp para tentar negociar as emendas apresentadas. Além das várias reuniões já realizadas com os membros da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP), também foram solicitados encontros com o secretário da Fazenda, Andrea Calabi, e o líder do governo na Alesp, deputado Barros Munhoz, ambos ainda sem retorno.

No fechamento desta edição, em 17/11, chegou a informação de que nova audiência pública na CFOP está marcada para 26/11, a princípio com a presença confirmada dos reitores.

Quadro 1 - Propostas de ampliação do financiamento das estaduais paulistas

	Fórum das Seis	Cruesp
Habitação	Cessação imediata do desconto	Idem
Aporte emergencial 2014	0,7% do ICMS-QPE	0,337% do ICMS-QPE
LOA-2015	Adicionais 0,7% aos 9,57% do ICMS-QPE	Adicionais 0,337% aos 9,57% do ICMS-QPE
LDO-2016	No mínimo, 10% do total do produto do ICMS-QPE	No mínimo, 9,907% do total do produto do ICMS-QPE[1]
Teto salarial	90,25% do subsídio de ministro do STF	Idem
Educação em geral	No mínimo, 33% do total do produto dos impostos	Não incluíram

[1] Embora não conste explicitamente do documento do Cruesp ao governo, os reitores informaram, na reunião de 18/9, que a base de cálculo proposta para os 9,907% é a mesma utilizada pelo Fórum das Seis

Quadro 2 - Novas alíquotas de repasse do ICMS-QPE por universidade, reivindicadas pelo Cruesp

Universidade	Alíquota atual	Alíquota proposta	Aumento
Unesp	2,3447%	2,4747%	5,54%
Unicamp	2,1958%	2,2678%	3,28%
USP	5,0295%	5,1645%	2,68%
Total	9,57%	9,907%	3,52%

Esses percentuais constam no documento apresentado pelo Cruesp ao governo e à Alesp

Expansão sem verbas perenes e desvio de recursos estão na base da "crise" atual

A postura subserviente das reitorias das estaduais paulistas ao governo do estado está na base da propalada "crise" atual, tão citada neste ano.

Ao longo do tempo, houve seguidas expansões nestas instituições, sem aportes permanentes de recursos. Por exemplo, mais recentemente, a criação da Escola de Artes e Ciências Humanas (EACH), a incorporação da Faenquil/Lorena e a criação de diversas faculdades (em Ribeirão Preto) pela USP; a criação da Faculdade de Ciências Aplicadas em Limeira pela Unicamp; e a criação de unidades experimentais (Dracena, Itapeva, Ourinhos, Registro, Rosana, Sorocaba, Tupã e São João da Boa Vista) e novos cursos pela Unesp.

É essencial registrar ainda que, como o Fórum das Seis tem insistido há muito, antes mesmo da expansão citada, os atuais 9,57% do ICMS, em vigor desde 1995, não têm sido suficientes para sustentar a capacidade já instalada das universidades estaduais. Afora isso, nos últimos anos, o cálculo desses 9,57% tem se dado após a retirada de recursos para programas habitacionais, de recursos devolvidos aos contribuintes via "Nota Fiscal Paulista" (contabilizados como restituição do ICMS) e, ademais, sem levar em consideração juros e correção monetária do ICMS recolhido em atraso. Esse procedimento incentiva a inadimplência, além de promover um desfalque no montante de recursos públicos que devem garantir os direitos sociais – o que é inaceitável. Por conta destas manobras, o Fórum estima que R$ 2 bilhões deixaram de ser repassados às estaduais paulistas de 2008 a 2013.

O quadro a seguir mostra como as estaduais paulis-

tas vêm expandindo vagas e cursos, tanto na graduação quanto na pós-graduação, nos últimos anos, sem que o percentual de 9,57% de repasse do ICMS tenha se alterado desde 1995. Tomando por base o período de 1995 a 2013, vemos que o número de servidores docentes e técnico-administrativos cresceu pouco ou até diminuiu no período – apesar do aumento do processo de terceirização –, em evidente contraste com o crescimento de cursos e vagas.

O processo de maturação e consolidação de universidades exige aumento de investimento para poder garantir, com qualidade, a continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. E é sempre bom lembrar que o esforço continuado de docentes, funcionários e estudantes – apesar do contínuo estrangulamento de verbas, acarretando salários arrochados e ausência de políticas adequadas de permanência estudantil – tem sido responsável pelo fato de as universidades estaduais paulistas desenvolverem a maioria da pesquisa realizada no país.

Universidades estaduais paulistas: crescimento de 1995 a 2013

	UNESP			UNICAMP			USP		
	1995	2013	Variação	1995	2013	Variação	1995	2013	Variação
Docentes	3.497	3.730	6,7%	1.996	1.759	- 11,9%	5.056	6.008	18,8%
Técnico-administrativos	7.918	7.247	- 8,5%	8.681	8.254	- 4,9%	15.105	17.451	15,5%
Cursos de graduação	80	130	62,5%	44	68	54,5%	132	285	115,9%
Vagas em graduação / Vestibular	4.311	7.434	72,4%	1.990	3.320	66,8%	6.902	10.692	54,9%
Alunos matriculados / graduação	19.618	36.264	84,9%	9.023	18.338	103,2%	32.834	58.204	77,3%
Cursos de pós-graduação	83	233	180,7%	85	142	67,1%	476	664	39,5%
. Mestrado	-	132	-	46	74	60,9%	257	347	35,0%
. Doutorado	-	101	-	39	68	74,4%	219	317	44,7%
Alunos matriculados / pós-graduação	4.777	12.818	168,3%	8.771	16.195	67,6%	19.683	34.588	75,7%
. Mestrado	3.395	6.920	103,8%	3.830	5.263	37,4%	8.024	14.149	76,3%
. Doutorado	1.382	5.898	326,8%	2.996	6.141	105,0%	6.060	15.398	154,1%
. Especialização	-	-	-	894	1.425	59,4%	-	-	-
. Especiais	-	-	-	1.945	3.366	73,1%	5.599	5.041	- 10,0%
Títulos outorgados (total)	581	2.775	377,6%	1.044	2.256	116,1%	2.643	6.245	136,3%
. Mestrado	433	1.790	313,4%	724	1.310	80,9%	1.584	3.817	141,0%
. Doutorado	148	985	565,5%	320	946	195,6%	1.059	2.428	129,0%

Fonte: Anuários Estatísticos da Unesp, Unicamp e USP (1996-2014)

Bode na sala ou retaliação pós-greve?

Projeto do deputado Pedro Tobias é ataque à autonomia das universidades

No dia 29/10/2014, foi protocolada na Assembleia Legislativa (Alesp) a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 7/2014, assinada pelo deputado estadual Pedro Tobias e subscrita por vários outros da base aliada do governo.

A PEC propõe acrescentar este artigo na Constituição paulista:

'Artigo 254-A: Lei complementar, de iniciativa do Poder Executivo, disporá sobre a fixação da remuneração dos membros de reitorias, diretores das unidades, docentes e demais servidores das Universidades Públicas.'

Ou seja, a definição salarial na Unesp, USP e Unicamp passaria a ser de responsabilidade do governador, a partir de projeto que ele enviaria à Alesp. Portanto, os salários deixariam de ser negociados entre Cruesp e sindicatos, como acontece desde que a autonomia institucional, orçamentária e financeira foi conquistada, após uma longa greve, em 1988, uma das mais importantes vitórias dos nossos movimentos.

Embora consagrada na Carta Magna brasileira de 1988, foi nas estaduais paulistas que a autonomia universitária foi aplicada de fato, no ano seguinte, mediante a instituição do regime de autonomia financeira com vinculação orçamentária. Desde então, elas passaram a contar com dotação orçamentária própria, inicialmente em 8,4% do ICMS-Quota parte do Estado, e posteriormente, com novas lutas, 9% (1992) e 9,57% (1995).

Por trás das letras

O momento em que o projeto de emenda constitucional do deputado Pedro Tobias chega à Alesp, pouco mais de um mês após o término da nossa greve, sugere algumas hipóteses para essa investida.

A força do nosso movimento em 2014, que obrigou os reitores a saírem do reajuste zero para uma efetiva negociação salarial com o Fórum das Seis, foi mal vista pelo Palácio dos Bandeirantes. Outro motivo de descontentamento foi o fato de a greve ter trazido à tona, também, os efeitos deletérios da expansão sem garantia de recursos perenes, levada à cabo pelas três universidades estaduais paulistas nos últimos anos. Pressionados pela greve deste ano, os reitores viram-se obrigados a reivindicar mais verbas publicamente, o que gerou mais desconforto ainda para o governo tucano.

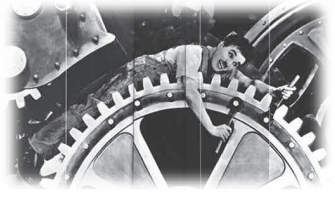
Seria o PEC 7/2014 um "bode na sala", para desviar a atenção da comunidade acadêmica no momento em que tramitam na Alesp as emendas que pedem mais verbas para as universidades, na Lei Orçamentária Anual (LOA-2015)?

Ou seria uma investida efetiva, a exemplo do que fez o então governador José Serra, no início de 2007, tão logo assumiu? Por meio de vários decretos, Serra tentou alterar a composição e o papel desempenhado pelo Cruesp nas negociações salariais com o Fórum das Seis e cassar a autonomia financeira e orçamentária das estaduais paulistas. Foi obrigado a recuar totalmente após uma forte reação da comunidade, que parou as universidades e ganhou as ruas em grandes manifestações.

É necessário que estejamos atentos à tramitação do projeto Pedro Tobias.

Não à planilha! Pelo fim do assédio moral

A indignação com o zero foi a mola propulsora da nossa grande greve em 2014. A luta contra o processo de avaliação implantado pela reitoria, um instrumento meramente quantitativo de controle produtivista, que tem humilhado, intimidado e "cortado as cabeças" de vários docentes, deve ser um dos principais focos da mobilização atual da categoria docente.



A partir desta conclusão, que vem sendo reafirmada nas plenárias da Adunesp pós-greve, a entidade está procurando todos os meios para estimular o debate entre os docentes e, com isso, gerar as mudanças necessárias.

Nas plenárias, vêm sendo feitos relatos de casos de alteração de regime de trabalho e rebaixamento salarial de docentes, com base na pontuação obtida na planilha. Num destes casos, um dos mais escandalosos e esdrúxulos, a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) avocou para si o direito de negar o RDIDP para uma professora devidamente aprovada em concurso público há um ano e meio, o que, entre outras coisas, implica na sua demissão. Esse fato representa, no mínimo, uma agressão direta à soberania da banca do concurso, ao conselho de curso, ao conselho do departamento e à congregação.

Um processo adequado de avaliação das atividades desempenhadas pelos docentes-pesquisadores – ao invés da ameaça de mudança de regime de trabalho, acompanhada da consequente redução salarial – deve se dar por meio de um diálogo construtivo, de alto nível, que contribua para o aprimoramento das habilidades específicas de cada um, elevando, assim, a qualidade do trabalho prestado à sociedade, seja no âmbito da docência, da pesquisa científica ou das atividades de extensão à comunidade. Os parâmetros que norteiam a planilha de avaliação docente, atualmente em vigor, denotam uma concepção pobre e enviesada acerca da natureza, do sentido e da complexidade da atividade acadêmica, bem como das especificidades das diferentes áreas do conhecimento.

Abaixo-assinado

Diante dessas considerações, as plenárias da Adunesp de Bauru (20/10) e de Rio Claro (10/11) definiram que a entidade organize a entrega das assinaturas coletadas no abaixo-assinado iniciado em novembro de 2013, que propõe o fim da planilha e a rediscussão do papel e da estrutura da CPA. O texto do abaixo-assinado, que pode ser acessado no site (www.adunesp.org.br), apresenta as seguintes reivindicações:

1) A imediata suspensão da planilha de avaliação docente;

2) Que o processo de avaliação docente seja revisto, com a participação ativa da comunidade docente, no sentido de uma valorização dos aspectos qualitativos do trabalho acadêmico e que tenha finalidade diagnóstica;

3) Que os efeitos imediatos do processo de avaliação em vigor sejam anulados;

4) Que os órgãos colegiados competentes reelaborem uma proposta de avaliação docente condizente com a atividade acadêmica e com as deliberações dos Fóruns das Grandes Áreas;

5) Que a estrutura e o papel da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) sejam reformulados em termos democráticos, de modo a permitir que a comunidade acadêmica tenha participação na escolha dos seus membros, bem como na definição de suas atribuições.

A coleta de assinaturas contra a planilha de avaliação docente e contra os métodos da CPA é apenas um dos aspectos da luta contra essas arbitrariedades. A Adunesp central cogita também diversas outras ações para impedir que elas continuem sendo praticadas.

Leia mais sobre o assunto no site

Em www.adunesp.org.br, no quadro **"A Avaliação Docente na Unesp"**, leia outras contribuições sobre o tema. Se você também quer contribuir, envie seu texto para adunesp@adunesp.org.br.

entrevista entrevista entrevista

"Estamos perdendo a oportunidade de ser a melhor universidade do Brasil. Em relevância"

O professor **Maurício Delamaro**, *da FE de Guaratinguetá, considera a avaliação docente um dos principais temas em debate na Unesp. Diretor da Adunesp local, membro suplente do Conselho Universitário e componente da recém criada Comissão Permanente para Valorização da Carreira Docente e Incentivos à Atualização dos Conhecimentos, ele concedeu uma entrevista ao* ***Jornal Adunesp InForma****, na qual procura mostrar equívocos do processo atual e convida a refletir sobre as causas de nossa avaliação ter se tornado "superficial, burocrática e autoritária". Confira um apanhado da entrevista:*

Desprezo ao trabalho coletivo

A atual avaliação docente vem desprezando e desvalorizando o trabalho coletivo, dos grupos de extensão e de pesquisa. Um exemplo disso é quando só considera, para a progressão na carreira docente, se o professor, individualmente, for o coordenador geral dos projetos. Coordenação de áreas e ou temáticas dentro de um projeto ou programa não são consideradas para a progressão. Além de promover flagrantes injustiças, esse tipo de procedimento pode levar muitos docentes, principalmente os mais novos, à busca de uma produção individual. Estimula a quebra da produção coletiva e o carreirismo individualista.

Exemplo: posso ser um péssimo coordenador de curso (ou diretor, ou pró-reitor, ou professor)... e daí? Nada acontece! A planilha induz as pessoas a assumirem cargos para os quais não estão nem preparadas nem realmente interessadas. Mas precisam pontuar na planilha...

O papel da CPA

Não temos propriamente uma CPA (Comissão Permanente de Avaliação). Temos ainda uma CPRT (Comissão Permanente de Regime de Trabalho): esse era o nome antigo. Mudou-se o nome, mas só. Para além da vigia do cumprimento do regime de trabalho, a CPA não avalia nada ou quase nada. As avaliações de cursos de graduação são feitas a cada cinco anos, por avaliadores externos, e seus resultados parecem ser pouco discutidos. A última avaliação institucional disponível no link da CPA é referente ao período 2005 a 2009.

Um princípio básico de qualquer avaliação é que as pessoas envolvidas se reconheçam na avaliação. Ou seja, que contribuam para os critérios e percebam o valor do processo avaliatório. Isso não vem acontecendo. Um dos motivos é que os membros da CPA são todos indicados e têm pouca abertura para a discussão ou a crítica. Isso é até compreensível se considerarmos que é uma comissão indicada unicamente pelo reitor. É preciso que haja mudanças profundas na CPA, talvez com eleições de seus membros, para que a mesma aja de forma mais justa, profunda, humanizada. Exemplo desse fechamento para a contribuição externa e para a crítica: a desconsideração para com as indicações dos fóruns das grandes áreas.

Como está a extensão? Como está o relacionamento com os egressos para sabermos o quanto contribuímos com a formação de quadros técnico-intelectuais para a sociedade? Como estão distribuídos os recursos para laboratórios e práticas diversas? Outras dezenas de perguntas do tipo formariam um quadro de avaliação... mas, pelo atual processo, parece que nada disso importa! Os resultados da avaliação deveriam estar orientados para o aprendizado, a reflexão e o planejamento. Isso também não tem acontecido.

Autoritarismo

Já dizia o supercitado Paulo Freire que "... o autoritarismo é uma das características centrais da educação no Brasil, do primeiro grau à universidade". No caso em questão, a função de avaliação da universidade não poderia se restringir ao julgamento inquisitorial individualizado nem deveria ficar sujeita às limitações epistemológicas e ideológicas de algumas pessoas, por mais bem intencionadas que sejam. Exemplo: a dificuldade em se apresentar recursos a decisões da CPA. Não há canais claros para um docente que se sente injustiçado na avaliação de seu trabalho. Então, quando algum docente sentir-se injustiçado, deverá recorrer unicamente à justiça comum? Há um clima de medo na Unesp. A "normalização" disso é uma das piores coisas que pode acontecer em nossa Universidade.

A avaliação que precisamos

O que precisamos na Unesp não é de menos avaliação. Precisamos de mais avaliação. Mas uma que mereça este nome. Uma avaliação que mereça o nome deve partir – e isso é fundamental – da ideia de Universidade que queremos. Deve partir de um compromisso da instituição para com a realidade, o país, a região. A avaliação serviria para verificar quanto caminhamos e quanto efetuamos esse compromisso. Serviria para planejar e replanejar os caminhos que trilhamos.

Uma avaliação de verdade deve ser sistêmica. E um sistema, como bem se sabe, é composto por subsistemas. O subsistema de avaliação docente deve ser pensado em função do todo; não

pode ser exercido de forma espúria, no sentido de estar desconectado do todo da avaliação. Em outras palavras, a instituição deve firmar os já citados compromissos com o real e, a partir daí, desdobrar o planejamento e a avaliação do todo. A partir daí, planejar e elaborar a avaliação de seus componentes ou subsistemas que são, primeiramente, seus cursos, suas unidades universitárias, sua pesquisa, sua extensão, seus departamentos.

Construir um sistema de avaliação de verdade é ter a ousadia de construir também um sistema de indicadores próprios. Isso seria revolucionário, pois não temos sabido construir indicadores que correspondam aos nossos anseios e aos nossos compromissos históricos para com o Brasil. Nos conformamos com indicadores alheios, construídos e pensados por pessoas e organizações alheias à nossa realidade. Temos sucumbido à macaqueação. Temos renunciado ao que deveria ser nosso dever: crescer em autonomia epistemológica. Uma Comissão de Avaliação, neste contexto, deveria estar na vanguarda desse dever ser.

Excelência acadêmica e relevância

Nos órgãos colegiados ou no movimento docente, devemos colocar a questão: o que vem a ser, afinal, "excelência acadêmica"? A expressão tem servido para tudo... ou seja, para quase nada. Cada qual pode, hoje, justificar a si próprio ou às suas proposições ou às suas imposições em nome dessa "excelência". Se não pactuarmos alguns critérios ou parâmetros condizentes com os compromissos que firmamos com a realidade que nos cerca, não teremos uma base a partir da qual construir uma avaliação verdadeira.

Ouso uma tímida e conscientemente parcial resposta: excelência é diversidade! Melhor seria dizer que excelência é também diversidade! Assim, devemos ter uma avaliação valorizadora das diferentes formas de como os docentes, técnicos e alunos engajados no cumprimento das funções sociais da Unesp têm produzido extensão, pesquisa e ensino. É urgente a tarefa de valorizar todas as formas de produção científica, de extensão e de ensino, nas diferentes áreas de conhecimento.

No primeiro escalão da gestão da nossa Universidade, ninguém diz o quanto os rankings internacionais são frágeis, se formos levar em conta a realidade nacional e regional. No entanto, essa fragilidade fica escancarada quando se traz para a discussão o conceito de relevância.

Excelência acadêmica é, também, ser relevante! Claro que relevância não pode ser confundida com a medida do grau de ineditismo ou de impacto de publicações definido por variáveis bibliométricas. Relevância tem a ver com aqueles compromissos pactuados com a realidade. Isso fica aparente nas palavras do professor Antonio Freitas, pró-reitor da FGV, quando diz que para algumas universidades "... é importante levar o homem à lua, para outras o trabalho mais importante pode ser encontrar a cura do ebola ou despoluir um rio. A excepcionalidade não se mede pela quantidade de pesquisas nem pelo valor financeiro. O que importa é a relevância."

Breve conclusão

Assim, não estamos nesta situação bisonha por culpa da CPA. A situação é fruto de problemas mais profundos e a atuação da CPA é somente um de seus múltiplos sintomas. Talvez o mais visível. Mas, certamente, não o mais grave. Faço eco ao professor José Xaides (da FAAC/Bauru), que considerando os múltiplos fatores positivos da Unesp, diz: "Estamos perdendo a oportunidade de ser a melhor universidade do Brasil". Em relevância, acrescento.

Excelência acadêmica é também... o que mais? Precisamos conversar a respeito. Precisamos aprofundar esse debate. É urgente.

Debate ganha espaço em Rio Preto

No primeiro semestre de 2014, a Reitoria da Unesp enviou às Congregações de suas unidades uma solicitação de consulta sobre a planilha de avaliação docente (AD). No campus de São José do Rio Preto, os chefes de departamento, atendendo à Congregação local (por deliberação datada da reunião de 26/5/2014), pediram a seus colegas que debatessem o assunto.

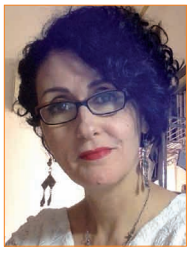
A subseção da Adunesp local, ciente da importância dessa discussão, montou um grupo de trabalho sobre o assunto, reunindo docentes das três grandes áreas do conhecimento. Esse grupo, após várias discussões com a comunidade, elaborou um documento propondo a supressão da avaliação por meio de uma planilha e a adoção de outro instrumento de AD. Essa proposta foi aprovada por unanimidade em assembleia docente realizada na Adunesp, no dia 17/7/2014. Em seguida, a subseção da Adunesp de Rio Preto protocolou documento endereçado ao diretor do IBILCE, Prof. Dr. José Roberto Ruggiero, pedindo-lhe formalmente que o assunto fosse debatido na Congregação, na reunião de 29/9/2014.

Desse debate, resultou a seguinte posição: dos 11 departamentos do instituto, 06 se pronunciaram favoravelmente à supressão da planilha e pela adoção de outro tipo de AD, tal como propõe o documento elaborado pela Adunesp; 03 departamentos votaram contra essa proposta e 02 se abstiveram. A proposta da Adunesp obteve, portanto, uma expressiva vitória. Mesmo assim, por determinação do presidente da Congregação, professor Ruggiero, e da vice-diretora do IBILCE, Profa Dra Maria Tercília Vilela de Azeredo Oliveira, estabeleceu-se, naquela reunião, segundo palavras do relator transmitidas à comunidade por mensagem eletrônica datada de 29/9, que "a questão deve ser encaminhada sem uma deliberação formal de apoio ou contrária ao documento da Adunesp".

O documento elaborado pela Adunesp de São José do Rio Preto, que já obteve apoio de diversos docentes de outros institutos, está disponível em: http://www.adunesp.org.br, no quadro "**Avaliação Docente em debate**".

O mal estar da avaliação docente na UNESP

Por ***Flávia Nascimento Falleiros***
Professora de Teoria literária – IBILCE/UNESP



A UNESP aplica a seus docentes um sistema de avaliação de desempenho baseado no preenchimento de uma planilha Excel. Um dos notórios equívocos desse sistema é o fato de ele servir unicamente à quantificação das atividades docentes, feita com base numa tabela de valores numéricos imposta arbitrariamente pela Reitoria. Argumentos sólidos pela supressão dessa avaliação docente (AD) já foram levantados pelos professores da UNESP, com base em estudos feitos por especialistas. Eles não serão evocados aqui, pois o objetivo desse artigo é responder à questão: quais as motivações reais da UNESP para a adoção desse tipo de AD?

Não parece possível responder a essa pergunta sem que se leve em consideração a história do ensino universitário brasileiro nos últimos 50 anos. A universidade contemporânea tem sua matriz na modernização conservadora empreendida pela ditadura civil-militar, período em que se forjaram as políticas públicas de Ciência e Tecnologia (C&T) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), aprofundadas posteriormente, de 1990 para cá, com a agenda reformista da universidade. Entre as linhas de continuidade daquele passado com os dias atuais, a mais importante é o atrelamento das políticas de C&T e de P&D do Estado brasileiro aos interesses econômicos determinados fora do espaço universitário. A chamada "modernização" foi feita segundo o modelo liberal econômico estadunidense, que preconiza a heteronomia da universidade pública por meio da diminuição sistemática dos recursos a ela destinados, com vistas a seu autofinanciamento, medidas que, a médio ou longo prazo, devem levar à privatização do ensino universitário. A "modernização" provocou mudanças institucionais profundas, que resultaram no que Marilena Chauí denominou de "universidade operacional": uma universidade cuja função social se estreitou e que, de formadora, passou a cumprir um papel vinculado às demandas do capital e do mercado profissional. Tendo incorporado o modelo organizacional estadunidense, essa universidade passou a ser regida – como uma empresa – por contratos de gestão e avaliada por índices de produtividade. A análise dos decretos, leis e convênios que contam a história recente da educação de nível superior no Brasil permite compreender que a obsessão quantitativa que assola hoje o sistema universitário público brasileiro é fruto desse processo histórico.

Trata-se, pois, de uma realidade nacional, mas o caso da UNESP constitui um paroxismo: dentre todas as universidades públicas, é a única a ter adotado, para a AD, um modelo tão caricaturalmente calcado na gestão empresarial, visceralmente ligado à ideologia neoliberal. A razão para isso é que os "gestores" – ou melhor, os gerentes da UNESP – concebem a universidade pública como uma empresa privada. O próprio termo "gestão", cujo uso se banalizou na administração universitária, exprime isso. Esse é um vocábulo que designa as técnicas de condução utilizadas no mundo dos negócios e que traz em si uma dimensão quantitativa, como se vê pelas expressões "gestão contábil", "controle de gestão", "choque de gestão", etc. A concepção de universidade pública dos atuais gerentes desta universidade está explícita em iniciativas como a criação de uma Escola UNESP de Liderança e Gestão (http://edutec.unesp.br/index.php?lang=pt_br&Itemid=384), cujo nome assustador não poderia deixar mais clara a confusão – deliberada – entre a verdadeira administração pública e a gestão empresarial da universidade pública. O emprego de uma planilha para a AD é fruto da importação do modelo empresarial (management) para o campo do ensino e da pesquisa. A adoção de uma ferramenta de contagem para avaliar o trabalho dos professores traduz uma completa adesão à "cultura de resultados" própria do mundo dos negócios. A planilha nada mais é, portanto, que um dos instrumentos de "gestão" utilizados pela UNESP, servindo, inclusive, como ameaça para demissões e corte de salários. Ela não avalia o trabalho dos professores, pois seu único objetivo é melhorar a "governança" da universidade, por meio do controle dos indivíduos (recursos humanos). Apoiada na teoria tecnicista do "capital humano", a ambição da planilha é ampliar os ganhos de produtividade gerados pelo "fator humano" no processo de produção.

A aplicação das técnicas de gestão empresarial à vida universitária traz consequências graves. Professores de universidades públicas não são empregados do setor privado e não podem, nem devem, dar provas de produtividade máxima em suas atividades. Existem na UNESP muitos sintomas visíveis de um profundo mal estar, individual e coletivo, decorrente da aplicação de um instrumento de gerenciamento empresarial ao trabalho dos professores. Os gerentes da UNESP permanecem surdos e mudos quanto a isso, mesmo sabendo que o impacto produzido pela contínua pressão por produtividade por eles exercida já vem causando no corpo docente, em certos casos, problemas de saúde como estresse e *burn out*. O questionamento legal desse tipo de avaliação parece ser um caminho interessante, por diversas razões, entre outras: a UNESP, como empregadora, não tem o direito de avaliar seus professores atribuindo altos valores a atividades que sequer estão previstas no contrato de trabalho com eles firmado e que preveem – segundo a lógica da gestão empresarial – a obtenção de recursos financeiros externos à universidade para o desenvolvimento de suas atividades.

Outubro de 2014.

Reestruturação das licenciaturas escancara visão empobrecida da graduação na Unesp

I Fórum em Defesa das Licenciaturas, realizado em Bauru, repudia uso de EAD como solução e pede a revogação do Ofício Runesp nº 10/2014

Reestruturação dos cursos de licenciatura e ensino à distância.

Aparentemente distintos, esses dois temas se cruzam e compõem um cenário preocupante para a graduação na Unesp, em especial para as licenciaturas. Vejamos como.

Por conta das Deliberações 111/12 e 126/14 do Conselho Estadual de Educação (CEE), os cursos de licenciatura estão passando por uma reestruturação curricular, a partir de alterações em seus projetos pedagógicos, entre elas a destinação de 30% da carga horária às disciplinas pedagógicas. No início de outubro, a comunidade acadêmica foi surpreendida pela divulgação do Ofício Circular no 10/2014 – Runesp, assinado pela então reitora em exercício, Marilza Vieira Cunha Rudge, e pelo pró-reitor de Graduação, Laurence Duarte Colvara. No documento, eles informam que as alterações deverão ocorrer sem acréscimo de carga horária do curso, sendo absorvidas pelo quadro atual de professores. Se isso não for possível, a alternativa apontada pela Reitoria é a oferta de disciplinas em formato semipresencial.

Assim, aquilo que aparentemente não tinha ligação ganha um contorno perverso. Não é demais concluir que, para além do caso específico das licenciaturas, estamos diante de uma política que vê no ensino à distância uma alternativa à necessária contratação de docentes.

Cabe ainda ressaltar que um projeto bem elaborado para educação à distância pode significar custos altos e, considerando-se que a alegação central é a "falta de recursos" para a contratação de professores, fica difícil compreender a lógica subjacente à "solução" apresentada

pela Reitoria.

"As argumentações tentam nos fazer crer que não temos outra opção, a não ser nos submeter às diretrizes produzidas pelo Conselho Estadual de Educação, promover uma reestruturação empobrecida, sobre a base de num processo evidente de precarização do trabalho docente", destacou o presidente da Adunesp, João da Costa Chaves Júnior, em intervenção durante a última reunião do Conselho Universitário, no dia 30/10.

"Para a Adunesp, a não ser como ferramenta complementar de aprendizagem, qualquer tentativa de inserir EAD na formação inicial, ou seja, na graduação, deve ser repudiada, sob pena de empobrecer cada vez mais a qualidade dos nossos cursos", completou.

As propostas do I Fórum

Por iniciativa do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências de Bauru, no dia 28/10 foi realizado o I Fórum em Defesa das Licenciaturas, com o objetivo de discutir formas de ações coletivas para a reestruturação curricular dos cursos de licenciatura da Unesp.

O encontro reuniu mais de 70 docentes, oriundos de 13 *campi* nos quais são oferecidos cursos de licenciatura.

Plenária da Adunesp debateu o tema

A plenária em Rio Claro, em 10/11

A reestruturação das licenciaturas e o conteúdo do Ofício Runesp nº 10/2014 foram discutidos na Plenária Ampliada da Adunesp em Rio Claro, no dia 10/11. Feito o debate, os presentes reiteraram a posição da Adunesp em defesa da valorização da graduação e rejeição a qualquer tentativa de inserir EAD na formação inicial.

Por indicação da plenária, a Adunesp deverá estreitar os laços com a comissão aprovada no I Fórum em Defesa das Licenciaturas (*confira no texto*). Uma das propostas práticas é a realização de um dia de pararalisação das licenciaturas, para que a comunidade possa discutir a reestruturação e o que decorre dela. Além disso, uma campanha junto aos departamentos e conselhos de curso, para que debatam e se posicionem sobre o assunto.

Em suas deliberações finais, o I Fórum critica a posição da Reitoria, por propor soluções para os problemas acadêmicos que se pautam na eficiência administrativa e numérica, descuidando da produção de conhecimento na área, da formação de professores e da relação universidade/comunidade. Ou seja, uma administração que propõe quantidade objetiva em detrimento da qualidade subjetiva do conhecimento. Considerando que o "ensino semipresencial não pode ser usado como simples estratégia para atender a legislação, sem ampla discussão com a comunidade acadêmica", o documento reivindica a necessidade urgente de revogação do Ofício Runesp nº 10-2014.

Reivindicações

Organizados em grupos de trabalho, os participantes do I Fórum avaliaram as Deliberações CEE/SP 111/2012 e 126/2014 e os documentos produzidos anteriormente, tais como as Memórias do I Encontro das Licenciaturas da Unesp e do III Simpósio "A Prática de Ensino em Questão", as orientações para reestruturação curricular produzidas pela Comissão de Licenciaturas da Unesp e a Minuta de Regulamentação dos Estágios Curriculares Supervisionados, ainda não aprovada nos órgãos superiores.

De acordo com o documento "Memórias", "o licenciado pela Unesp deve ser profissional conhecedor da sua área de atuação específica, das Ciências da Educação, nos seus aspectos filosóficos, históricos, políticos, sociais, psicológicos e pedagógicos. Deve ser, ainda, intelectualmente crítico, investigativo, questionador, superando o senso comum, principalmente, no que se refere à relação teoria e prática da ação educativa. O perfil deve ser aquele que tenha como a centralidade a docência e partilhe princípios norteadores sobre as concepções e metas do que seja a formação de professores e o que é a identidade docente".

Para garantir a formação de qualidade, capaz de contemplar o perfil delineado coletivamente, o I Fórum apontou:

1) A impossibilidade das reestruturações determinadas legalmente sem que haja contratação docente, ressaltando que a falta de professores é uma realidade anterior às Deliberações do CEE/SP.

2) Que o uso de EAD como resposta à crise da universidade não é solução para a reestruturação dos cursos de licenciatura. Com relação a cursos semipresenciais e ao investimento necessário para isso (que não é barato), levantamos uma questão de princípios: a EAD não pode ser tomada como uma estratégia de precarização de processos de formação de professores. Há uma diferença entre o que se propõe no Projeto Político Pedagógico de cada curso e o que se decide por motivações que são estranhas e externas ao nosso objeto principal, que é a qualidade no âmbito acadêmico.

3) A retomada das propostas do I Encontro das Licenciaturas de 2011 e de outros fóruns/encontros organizados pela Pró-Reitoria de Graduação. É preciso considerar as deliberações dos docentes em tais ocasiões e respeitar os trabalhos coletivos e as pesquisas realizadas pelos especialistas da área de educação.

4) A necessidade de empenho por parte da reitoria, junto ao CEE/SP a fim de obter dilação de prazo para as reestruturações. O atendimento aos prazos está vinculado diretamente à contratação de docentes, mesmo que inicialmente seja de professores temporários para, posteriormente, proceder à contratação de docentes efetivos.

5) Que a situação dos Estágios Curriculares Supervisionados, que já necessitavam de contratações para atender as demandas existentes, torna-se ainda mais grave com as determinações presentes nas Deliberações nº 111/2012 e nº 126/2014. Nesse sentido, há necessidade de contratação docente de modo a atender o disposto nos documentos já citados, como a carga horária integral para o docente, com turmas de no máximo 20 alunos por supervisor.

6) A nomeação de uma Comissão em Defesa das Licenciaturas, representando os diferentes campi, visando a interlocução com outras instâncias da Unesp para a definição de uma política de formação de professores para a Unesp.

7) A realização periódica do Fórum em Defesa das Licenciaturas, com efetivo caráter deliberativo. O II Fórum será realizado no câmpus de Rio Claro, em data a ser definida pela Comissão em Defesa das Licenciaturas.

Adunesp conta com nova assessoria jurídica

A Adunesp conta com um nova assessoria jurídica. Trata-se do escritório **Lara Lorena Ferreira Sociedade de Advogados** (www.laralorena.adv.br). Além da Drª. Lara, a equipe é composta pelas advogadas Cristiane de Moura Dias Cassi e Christiane Andrade Alves.

Especializado na área do Direito Administrativo, o escritório deverá, entre outros, atender as demandas jurídicas da diretoria da Adunesp, relacionadas ao exercício do trabalho docente, de interesse e caráter coletivo, quer sejam consultivas, administrativas, judiciais ou extrajudiciais. Além disso, também divulgar notícias jurídicas de interesse da categoria.

A Adunesp também estenderá a prestação de serviços de atendimento jurídico aos seus associados, por meio de plantões presenciais mensais, na sede da entidade (sempre na primeira segunda-feira do mês), podendo o docente ser orientado em relação a questões de natureza trabalhista e previdenciária, inclusive por meio de requerimentos ou recursos exclusivamente administrativos que se fizerem necessários, decorrentes do desdobramento dessas consultas. No âmbito judicial, a assessoria foi contratada para atuar na propositura das ações coletivas, porém, facultativamente, esgotadas as vias jurídicas administrativas, o docente pode optar pela contratação individual dos serviços do escritório. O associado que desejar contatar a assessoria jurídica deve escrever para adunesp@adunesp.org.br.

As advogadas Lara, Cristiane e Christiane, em reunião com os diretores da Adunesp Fábio Ocada e João Chaves

Nenhuma punição aos que lutam em defesa da universidade pública

Que o CO de 11/12 revogue as 95 suspensões de estudantes da Unesp. Aplicada após sindicância que impediu a ampla defesa dos 'réus', medida apoia-se em regras da Ditadura Militar

Realizado poucos dias após a Reitoria da Unesp anunciar a punição de 95 estudantes, a última reunião do Conselho Universitário da Unesp (CO), em 30/10/2014, teve esse assunto como ponto central.

A medida veio a público por meio do despacho da Reitoria, datado de 20/10/2014, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 23/10/2014, informando a aplicação de punição a 95 estudantes da Universidade, correspondente a 60 dias de suspensão de todas as suas atividades acadêmicas, inclusive com a perda de bolsas e auxílios.

A "sentença", assinada pelo reitor Julio Cezar Durigan, acatou o relatório final da Comissão de Sindicância instaurada em 2/10/2014, com o objetivo de averiguar a ocupação estudantil ocorrida no prédio da Reitoria da Unesp durante a greve de servidores técnico-administrativos, docentes e estudantes em 2013.

Em sua fala na reunião do CO, o presidente da Adunesp, João da Costa Chaves Júnior, destacou o fato de que a decisão tomou por base o Regimento Geral da Unesp, documento constituído no período militar e de cunho extremamente conservador e autoritário. Em seu artigo 161, por exemplo, que tipifica as situações passíveis de punição, estão pérolas como: "perturbar os trabalhos escolares, as atividades científicas ou o bom funcionamento da administração", "incitar, promover ou apoiar ausência coletiva aos trabalhos escolares a qualquer pretexto" (...). O conteúdo deste e de outros artigos do Regimento Geral da Unesp é quase uma cópia do Decreto-Lei 477, de 26/2/1969!

Ato em 1º/7/2014, em frente à reitoria da Unesp

Tinta guache

O presidente da Adunesp destacou o fato de que a comissão sindicante não ouviu nenhuma testemunha da defesa. Além disso, não conseguiu uma única testemunha que tenha visto algum ato de depredação do patrimônio físico da reitoria – a não ser aqueles perpetrados pela entrada da Tropa de Choque.

Na leitura dos autos da sindicância, o que se consegue ver são apenas indícios de que possivelmente alguns, dentre os 95 estudantes, teriam pichado algumas paredes com tinta guache. Portanto, considerando o fato de que não foi apontado quem teria praticado este "delito", e que, mesmo que houvesse alguém a quem imputar a autoria da pichação, parece exagerada a pena de 60 dias de suspensão com perda eventual de bolsas para TODOS os 95 estudantes. Esta seria uma pena exorbitante ainda que todos eles, os estudantes, tivessem orquestradamente pichado as paredes da reitoria, o que certamente não é o caso! O rigor da pena diante da fragilidade formal da sindicância só pode ser atribuída a um desejo de retaliar aqueles que ousaram reivindicar uma política de permanência estudantil e apoiaram o movimento de servidores docentes e técnico-administrativos. Há, ainda, dois estudantes entre os 95 que sequer estavam presentes na ocupação da Reitoria em 2013.

A demanda social por permanência não pode ser criminalizada

Recurso

Acionado pelos advogados que defendem os estudantes, o reitor Julio Cezar Durigan acatou o pedido de suspensão das punições até que o recurso impetrado seja apreciado pelo Conselho Universitário, em reunião que já está marcada para 11/12.

A Adunesp e o Sintunesp estão engajados na defesa dos estudantes e conclamam a comunidade interna – órgãos colegiados locais e centrais – e externa a se manifestarem contra esse ataque à liberdade de manifestação e de organização dos estudantes e dos trabalhadores.

Uma universidade que se pretende minimamente democrática não pode referendar o resultado de um processo de sindicância que violou preceitos fundamentais do direito à defesa e ao contraditório de 95 estudantes, impondo a eles, inclusive a alguns que sequer estavam presentes na ocupação, uma punição pesada que trará danos irreversíveis em sua vida acadêmica e profissional.

Revogar essas punições é um ato de altivez do Conselho Universitário da Unesp, cujo sentido mais emblemático é recusar-se a dar guarida a procedimentos que violaram os mais elementares direitos consagrados desde a declaração universal dos direitos humanos, e afirmar com todas as letras que nem nossos estudantes, nem nenhum membro da nossa comunidade será submetido a processo sumário.

Assine o manifesto contra as punições em: http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT75131